

**RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU DESTINADO À
COMISSÁRIA INDIGITADA****Stella KYRIAKIDES****Comissária indigitada para a Saúde****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de comissária e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão? Como tenciona aplicar na prática a integração da perspectiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

A União Europeia é fundada no respeito pela dignidade humana, pelos direitos humanos, pela liberdade, pela democracia, pela igualdade e pelo Estado de direito. É uma honra para mim ter a oportunidade de defender estes valores, em que prevalecem o pluralismo, a não discriminação, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a igualdade entre homens e mulheres. Foram estes princípios que me orientaram durante toda a minha vida política e profissional e continuarão a fazê-lo se for confirmada a minha nomeação como Comissária Europeia para a Saúde.

Dediquei uma vida inteira ao serviço de causas públicas. Exerci a profissão de psicóloga clínica durante 27 anos, optando por trabalhar apenas no setor público. Concentrei o meu trabalho e toda a minha energia profissional na saúde mental de crianças e adolescentes nos hospitais públicos. Constatei em primeira mão a importância do bom funcionamento dos sistemas de saúde; a saúde coletiva das nossas sociedades depende da saúde de cada cidadão.

Sou defensora dos direitos dos doentes com cancro da mama — na qualidade de antiga presidente da Coligação Europeia contra o Cancro da Mama, Europa Donna, de presidente da Europa Donna de Chipre, de presidente do Comité Nacional de Chipre sobre a Estratégia contra o Cancro e de antiga presidente do comité consultivo dos doentes da Organização Europeia de Luta contra o Cancro. Em Chipre, consegui garantir que as vozes dos doentes fossem incluídas na elaboração de políticas.

Há muitos anos que sou uma deputada empenhada e apaixonada. Fui eleita para o Parlamento de Chipre em 2006, 2011 e 2016. Sou atualmente presidente da Comissão Permanente para os Direitos Humanos e a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres do Parlamento de Chipre, membro da Comissão Permanente de Saúde e da Comissão dos Assuntos Europeus e Externos. Creio que esta experiência política poderia ser um trunfo extremamente importante para o meu futuro papel de comissária e para servir o interesse público europeu. Na minha carreira política, sempre me dediquei ao serviço do interesse público. Se a minha nomeação

como comissária for confirmada, utilizarei esta experiência política para servir de uma forma mais ampla o interesse público europeu.

Assumo o meu empenho no multilateralismo, na proteção dos direitos humanos e do Estado de direito e, enquanto membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), fui chefe da delegação de Chipre na APCE, trabalhando e presidindo a vários comités. Fui presidente interina e vice-presidente do Partido Popular Europeu na APCE em 2018-2019, e também representei a APCE na Comissão de Veneza, tendo também sido membro da Comissão de Ética do PPE. Em 2017-2018, tive a honra de ser eleita presidente da APCE.

O paritarismo e a integração da perspectiva de género em todos os domínios da política pública têm sido uma prioridade constante na minha carreira política — e continuarão a sê-lo se a minha nomeação como comissária europeia para a Saúde for confirmada. Consegui promover políticas e legislar em matéria de igualdade de género graças ao trabalho desenvolvido na Comissão dos Direitos Humanos e da Igualdade de Oportunidades para Homens e Mulheres do Parlamento de Chipre, e no Instituto do Mediterrâneo para os Estudos de Género, a cujo Conselho de Administração pertenci. Orgulho-me de ter agora uma oportunidade de trabalhar no primeiro Colégio de Comissários paritário em termos de género, e para a primeira mulher Presidente da Comissão Europeia. Trata-se de uma Comissão mais representativa da sociedade europeia, que recorre a todo o nosso potencial.

Os europeus esperam ter a paz de espírito a que têm direito e que resulta de poderem ter acesso a cuidados de saúde, alimentos seguros e proteção contra epidemias e doenças. A Europa tem algumas das normas mais exigentes do mundo em matéria de saúde animal e fitossanidade, e alguns dos sistemas de saúde mais acessíveis e de alta qualidade capazes de cumprir essa expectativa. Contudo, a nossa sociedade está a envelhecer e precisamos de tratamentos mais complexos e dispendiosos. A sustentabilidade dos nossos sistemas alimentares é também posta em causa por alterações socioeconómicas, ambientais e demográficas.

Fica, assim, claramente demonstrada a necessidade de ter sistemas de saúde sustentáveis e eficazes, apoiar os profissionais de saúde, investir em novas tecnologias e promover estilos de vida saudáveis e sustentáveis.

A saúde — no seu sentido universal — exige uma abordagem holística, que abranja toda a sociedade, que promova alimentos saudáveis e um estilo de vida saudável, num contexto social e institucional saudável.

Para a saúde dos nossos cidadãos e das gerações futuras, precisamos de um ambiente saudável. Através da estratégia de poluição zero consagrada no Pacto Ecológico Europeu, podemos procurar reduzir a dependência dos pesticidas e ajudar a proteger os cidadãos da exposição a desreguladores endócrinos.

Grças ao Pacto Ecológico Europeu, podemos igualmente trabalhar no sentido de garantir alimentos seguros e sustentáveis, colocando em prática uma estratégia específica «do prado ao prato», que abranja todas as fases da cadeia alimentar.

Alimentos saudáveis vêm de animais saudáveis. Temos de garantir que estamos bem equipados para surtos de doenças animais.

É importante reconhecer o papel que a ciência e as novas tecnologias desempenham no desenvolvimento de novas soluções para os desafios com que a sociedade se confronta. Por conseguinte, temos de garantir que os quadros regulamentares continuem a estar atualizados, adequados aos desafios com que nos defrontamos e centrados nos cidadãos. Um diálogo aberto e transparente com as partes interessadas e os cidadãos ao longo de todo o processo de tomada de decisões políticas é essencial para conquistar a sua confiança e apoio. Este aspeto é particularmente relevante para vários temas na pasta do comissário responsável pela Saúde.

Se a minha nomeação como comissária for confirmada, estou determinada a trabalhar para garantir melhores resultados para a saúde dos nossos cidadãos e para a sociedade.

Gostaria de pôr os meus conhecimentos e a minha experiência ao serviço desta causa, para aproveitar as oportunidades e superar os desafios, trabalhando em conjunto com os cidadãos de toda a Europa e com os governos, os parlamentos e as instituições que os servem. No Colégio de Comissários, depois de confirmadas as nomeações, estamos todos determinados a decidir e a trabalhar em equipa, em estreita colaboração com o Parlamento Europeu e os nossos Estados-Membros, bem como com todas as partes interessadas nas nossas respetivas pastas. Este tipo de empenho é fundamental para assegurar que a saúde se reflita em todas as políticas.

Se for nomeada comissária europeia, nunca participarei em quaisquer ações que possam suscitar dúvidas quanto à minha independência ou comprometer o exercício das minhas funções. Serei sempre norteada pelos tratados fundadores da nossa União, pela missão com que a Presidente eleita da Comissão me honrou, pela decisão do Parlamento Europeu de nos nomear como Colégio de Comissários e pelo Código de Conduta dos Comissários, que subscreverei sem reservas.

A minha declaração de interesses é completa, pública e tratarei da sua atualização em caso de alterações da minha situação pessoal. Tenciono demitir-me imediatamente de todos os outros cargos que detenho se o Parlamento Europeu confirmar a minha nomeação como comissária.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

De que modo avaliaria o seu papel enquanto membro do Colégio de comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigada a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposta a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Se a minha nomeação como comissária europeia para a Saúde for confirmada, vejo o meu papel como membro de um Colégio de Comissários que funciona com base no princípio da colegialidade: trabalhar como uma equipa, seguindo uma abordagem de governação integrada, em que cada membro tem a sua palavra a dizer, mas as decisões são tomadas coletivamente, com uma forte responsabilização coletiva pelo que é acordado, tendo sempre em mente o interesse coletivo europeu.

Trabalharei em estreita cooperação com outros Comissários, em especial com o vice-presidente executivo indigitado do Pacto Ecológico Europeu sobre questões relacionadas com a segurança

alimentar, a saúde animal e a fitossanidade, e com o vice-presidente indigitado da Proteção do Modo de Vida Europeu em questões de saúde pública. Também irei trabalhar com a vice-presidente executiva indigitada para Uma Europa Preparada para a Era Digital sobre questões relacionadas com a saúde digital e a política alimentar.

O meu objetivo primordial é fazer tudo o que estiver ao meu alcance para promover o bem-estar dos cidadãos europeus, enquadrando a saúde humana, animal e vegetal numa abordagem holística e abrangente. Estou profundamente convencida de que a alimentação, a saúde e o ambiente são indissociáveis e espero que a minha contribuição para o Pacto Ecológico seja fundamental através da nova estratégia «do prado ao prato» e da concretização da ambição de poluição zero.

Este objetivo só pode ser alcançado através de uma ação inclusiva e coletiva. Acima de tudo, a Comissão deve trabalhar tão estreitamente quanto possível, e numa relação de transparência e confiança mútua, com o Parlamento Europeu — os representantes eleitos dos nossos cidadãos, a quem me cabe prestar contas.

Tendo sido por três vezes eleita deputada no meu país, comprometo-me sem reservas a uma cooperação plena, construtiva e produtiva com o Parlamento Europeu e, em especial, com a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar (ENVI) e a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (AGRI). Estarei presente e ativa nos debates parlamentares. E irei garantir que o Parlamento seja regularmente informado, nomeadamente antes de eventos importantes e em fases essenciais das negociações internacionais, como solicitou a Presidente eleita.

No âmbito do compromisso assumido pelo próximo Colégio com o Parlamento Europeu no sentido de uma parceria aprofundada, trabalharei em conjunto com o Parlamento em todas as fases de debate das resoluções nos termos do artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Assumo o compromisso de trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares competentes, a participar ativamente e a estar presente durante a preparação das resoluções ao abrigo do artigo 225.º do TFUE. Acredito profundamente que assim se irá melhorar o diálogo, promover a confiança e um sentimento de trabalho em conjunto para alcançar um objetivo comum.

A Comissão responderá igualmente de forma eficaz às resoluções do Parlamento no prazo de três meses após a sua adoção, em conformidade com o Acordo-Quadro. A Comissão irá assegurar a supervisão política do processo.

SAÚDE

3. Cancro

Segundo a carta de missão, o Plano Europeu de Luta contra o Cancro destina-se a desenvolver ações em todas as fases da doença: prevenção, diagnóstico, tratamento, vida como sobrevivente do cancro e cuidados paliativos. As áreas em que a UE poderia ter um impacto significativo seriam o tratamento, tanto em termos de investigação como do acesso ao tratamento, a prevenção de algumas das principais causas evitáveis do cancro – incluindo o consumo de tabaco e de álcool e a má nutrição – e a degradação ambiental, a

poluição e a exposição a substâncias tóxicas cancerígenas. Que medidas concretas prevê nessas áreas?

O cancro é a primeira causa de morte num número crescente de países europeus. Quarenta por cento das pessoas vão confrontar-se com o cancro ao longo das suas vidas. Basta isso para o elevar ao topo das nossas prioridades no domínio da saúde. Vencer o cancro vai requerer a participação de todos e uma abordagem verdadeiramente horizontal que integre a vertente da saúde em todas as políticas. Para termos sucesso, devemos combater o cancro de forma holística, de múltiplos ângulos e envolvendo várias partes interessadas, em verdadeira parceria a todos os níveis. Os alimentos que comemos, os nossos estilos de vida, os medicamentos, os cuidados e as tecnologias a que temos acesso, tudo tem grande relevância para vencer o cancro. Os doentes têm o direito de aceder a medicamentos a preços razoáveis para satisfazer as suas necessidades, e a indústria tem de ser incentivada a permanecer na liderança mundial da inovação. A investigação, a prevenção, o diagnóstico, o tratamento, a sobrevivência e os cuidados paliativos são elementos vitais do mesmo puzzle e do mesmo trajeto de cada doente.

Para tal, vou procurar obter o empenho político e a participação de todos: Estados-Membros, que são os principais responsáveis pelos cuidados de saúde, mas também o meio académico, os profissionais de saúde, os decisores políticos, as ONG e os doentes, além da indústria. O Parlamento Europeu é um elemento fundamental neste esforço. Acima de tudo, o Parlamento demonstrou a sua determinação de contribuir, na sua resolução de fevereiro de 2019 sobre o cancro nas mulheres e as comorbilidades, que reflete muitos dos pontos de que falarei mais adiante. Sendo eu própria deputada, sei por experiência própria o valor de construir parcerias sólidas entre o poder executivo e o legislador. Ao juntar forças, agregar conhecimentos, dados, recursos e infraestruturas, podemos fazer a diferença. Podemos vencer o cancro.

A **investigação** é um domínio em que a Europa pode ter um enorme impacto no combate ao cancro. O conhecimento e a compreensão são os nossos melhores aliados. É por esta razão que um elemento essencial do nosso plano para vencer o cancro será atribuir ao futuro programa «Horizonte Europa» uma «missão» de investigação sobre o cancro. Será também necessária uma colaboração eficaz e horizontal na Comissão Europeia, e aguardo com expectativa a possibilidade de trabalhar em estreita colaboração com a comissão indigitada para a Inovação e a Juventude na nossa estratégia para o combate ao cancro.

A **prevenção** é o outro domínio a que temos de prestar grande atenção. Quase metade de todas as mortes por cancro são **evitáveis** se seguirmos o que nos diz a ciência já consolidada, tal como as recomendações do Código Europeu contra o Cancro. O tabaco, por exemplo, é um grande fator de risco em vários tipos de cancro, e estamos a aprender cada vez mais sobre o papel desempenhado pelas condições ambientais e pelos estilos de vida saudáveis. A nossa ambição de poluição zero destina-se a proteger os cidadãos de uma exposição perigosa a produtos químicos nocivos, poluição do ar ou emissões industriais tóxicas. A prevenção pode ajudar a reduzir os elevados custos económicos, sociais e humanos do cancro, diminuir a pressão crescente sobre os sistemas de saúde e sociais nacionais e contribuir para o crescimento económico. A luta contra os fatores a montante do cancro é um aspeto essencial do investimento na prevenção. Iremos optar pela combinação mais proporcionada e eficaz de ferramentas em todos os casos. Por exemplo, a política de controlo do tabaco da UE é composta tanto por legislação como por instrumentos não vinculativos que extravasam o setor da saúde. Falar de prevenção também implica a promoção de estilos de vida saudáveis. Isto inclui a nutrição e estou muito satisfeita por liderar a nova estratégia «do prado ao prato» para proporcionar aos

européus alimentos nutritivos, acessíveis e seguros. Além disso, esta área será parte integrante do Pacto Ecológico Europeu.

A **prevenção do cancro** e a **promoção da saúde** obrigam a trabalhar com setores fora da saúde, como o ambiente, a educação, a fiscalidade, a agricultura e a investigação. Para contar com a participação destes outros setores, temos de sustentar a promoção da saúde com provas sólidas. Este trabalho está bem desenvolvido na UE através do Eurostat e da análise dos sistemas nacionais de saúde. Aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar com a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos, o Observatório Europeu dos Sistemas e Políticas de Saúde e a Organização Mundial da Saúde para colocar a prevenção no centro da política de saúde pública da UE.

O Plano Europeu de Luta contra o Cancro estará associado a um conjunto diversificado de iniciativas no domínio da saúde. A este respeito, gostaria igualmente de sublinhar o papel da vacinação contra o vírus do papiloma humano (HPV) e a hepatite viral B como parte da prevenção do cancro, e aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e as partes interessadas em matéria de vacinação de um modo mais geral — explicando os benefícios e combatendo os mitos, as ideias erradas e o ceticismo que rodeiam este tema.

Sabemos que o **diagnóstico** precoce aumenta radicalmente as taxas de sobrevivência. Realizaram-se progressos significativos em todos os Estados-Membros da UE desde a adoção da Recomendação do Conselho de 2003 sobre o rastreio do cancro. Contudo, podemos e devemos fazer mais; sobretudo melhorando o acesso a programas de rastreio do cancro junto da população e apoiando os Estados-Membros a candidatarem-se a financiamento da UE, em especial a fundos de coesão e de reforma.

A inteligência artificial pode dar um apoio significativo para este passo crítico do diagnóstico. Para que isso aconteça, é necessário alimentá-la com grandes volumes de dados, de modo a que os algoritmos sejam o mais exatos e fiáveis possível. O **Espaço Europeu de Dados de Saúde** ajudará a promover o intercâmbio de dados e a apoiar a investigação sobre novas estratégias preventivas. Como é óbvio, garantiremos também a proteção dos dados pessoais e trabalharei em estreita colaboração com a vice-presidente indigitada Vestager e com os comissários indigitados Goulard e Reyders sobre esta questão.

No domínio do **tratamento**, contamos com uma forte linha de produção de medicamentos contra o cancro, especialmente em adultos, incluindo terapias genéticas revolucionárias e tratamentos personalizados. No entanto, nem todas as novidades serão bem sucedidas e nem todos os novos medicamentos se traduzirão automaticamente na melhoria dos resultados para os doentes e para a «relação qualidade/preço» nos sistemas de saúde. Além disso, ainda há lacunas importantes, em especial no que se refere aos cancros pediátricos. Quero garantir o fornecimento acessível e a custo comportável de medicamentos a todos os doentes — onde quer que vivam na UE, independentemente da sua idade, género ou origem socioeconómica. Enquanto presidente da Comissão dos Direitos Humanos e da Igualdade de Chipre, estou profundamente empenhada nos princípios consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O acesso aos cuidados de saúde é um direito fundamental na União Europeia: não é um privilégio. Neste sentido é necessária uma abordagem mais centrada no doente, com base nas necessidades das pessoas. Por conseguinte, os resultados para os doentes e a forma como os cuidados são prestados devem ser medidos de forma mais

sistemática e rigorosa. Só assim poderemos garantir a qualidade dos cuidados prestados a todos os doentes.

Quero salientar que a participação dos doentes é crucial em todas as fases, desde os ensaios clínicos aos resultados comunicados pelos doentes e aos cuidados centrados nos doentes. Vou dar continuidade aos esforços iniciados por grupos de doentes, por Estados-Membros e pela UE, nomeadamente pela Agência Europeia de Medicamentos.

No que diz respeito ao cancro, observamos casos de escassez de medicamentos essenciais a preços acessíveis para os quais nem sempre há alternativa e, ao mesmo tempo, de medicamentos altamente inovadores e dispendiosos que não estão disponíveis em todos os Estados-Membros. É inaceitável impor esta tensão adicional aos doentes. Trabalharei com a indústria e os Estados-Membros para atenuar os casos de escassez de medicamentos na Europa. Estou igualmente determinada a apoiar os Estados-Membros nos seus esforços para assegurar medicamentos acessíveis, a preços comportáveis e de alta qualidade. Creio que aumentar a base documental em toda a UE e trabalhar em conjunto ajudará a informar as decisões nacionais sobre novos medicamentos. O cancro é uma prioridade óbvia para este tipo de cooperação. A luta contra as desigualdades em matéria de prevenção, diagnóstico e tratamento do cancro, incluindo o acesso a medicamentos, será um elemento importante da minha missão geral de combate ao cancro.

Devemos também ter em conta que o cancro não é uma única doença. Há muitos tipos de cancro, cada um com as suas próprias especificidades e, neste domínio, a UE pode acrescentar valor através da ligação de especialistas por toda a Europa. Muitos cancros (e todos os cancros pediátricos) são doenças raras e estão incluídos nas redes europeias de referência. Estas redes continuarão a ligar os prestadores de cuidados de saúde por toda a Europa, permitindo-lhes partilhar conhecimentos, aprender em conjunto e discutir problemas complexos e tratamentos altamente especializados.

Por último, agradeço a referência à questão da sobrevivência e aos **cuidados paliativos**. O aumento da sobrevivência está só por si a criar novos desafios com que os doentes com cancro se deparam, e que temos de confrontar. Os cuidados paliativos são algo que devemos a todos os doentes. Podemos trabalhar com os Estados-Membros e as partes interessadas para identificar e partilhar as melhores práticas validadas em toda a Europa. Como talvez saibam, falo sobre este tema com conhecimento de causa. Por conseguinte, posso assegurar-vos que não pouparei esforços para concretizar esta prioridade.

4. Plano de ação no domínio da saúde/acesso a medicamentos e dispositivos médicos

A carta de missão define como três das suas tarefas essenciais: a execução plena do Plano de Ação Europeu «Uma Só Saúde» contra a Resistência aos Agentes Antimicrobianos, a comunicação em matéria de vacinação e a garantia do fornecimento de medicamentos a preços acessíveis. Como tenciona abordar as questões relacionadas com a resistência antimicrobiana, a vacinação, a introdução no mercado de novos antibióticos para os seres humanos e o acesso a medicamentos e dispositivos médicos – incluindo aspetos relacionados com a investigação médica, a disponibilidade de substâncias farmacêuticas, bem como a luta crucial contra o VIH/sida, a tuberculose e a hepatite, que são alvos no âmbito do ODS 3?

Os europeus esperam ter a paz de espírito que resulta do acesso a cuidados de saúde e à proteção contra epidemias e doenças. Com efeito, a Europa tem algumas das normas mais rigorosas do mundo, bem como alguns dos sistemas de saúde mais acessíveis e de mais alta qualidade. A nossa Carta dos Direitos Fundamentais da UE e o Pilar Europeu dos Direitos Sociais reconhecem o direito de todos a aceder em tempo útil a cuidados de saúde preventivos e curativos de qualidade e a preços comportáveis. Tenciono consagrar toda a minha energia como Comissária europeia da Saúde à obtenção de resultados concretos e positivos, que façam jus a estes valores fundamentais da nossa União.

Entendo que «Uma Só Saúde» descreve um princípio que trata a saúde humana e a saúde animal como estando interligadas, e que engloba plenamente o nosso ambiente — o fator de conexão entre os seres humanos e os animais. Neste contexto, a saúde humana, os animais e as plantas são interdependentes e reforçam-se mutuamente. Para concretizar o conceito de «Uma Só Saúde» vai ser necessária uma ação abrangente e sustentada em todas estas frentes.

Trata-se de um domínio em que a UE pode orgulhar-se dos seus feitos, mas não pode ser complacente. O aumento da resistência antimicrobiana ameaça os progressos da medicina moderna. A desconfiança em relação à vacinação e à ciência estão a desviar a atenção do público dos benefícios da vacinação, e das inúmeras vidas que salvou da varíola, da poliomielite, do sarampo, da difteria ou da meningite. Os profissionais de saúde e os doentes em toda a Europa dão conta de preocupações no acesso a medicamentos relacionadas com a disponibilidade, a acessibilidade dos preços e a escassez de medicamentos. As doenças transmissíveis e outras ameaças para a saúde podem propagar-se rapidamente além-fronteiras.

Muitas delas são preocupações globais e creio que temos de desenvolver uma ação concertada a nível europeu e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para encontrar soluções comuns e liderar os esforços a nível mundial. A concretização dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas** exigirá uma estreita colaboração e cooperação com todo o Colégio e com múltiplas partes interessadas em vários setores. Creio que devemos mobilizar todos os instrumentos pertinentes da saúde pública, da investigação, da política de medicamentos, da cooperação para o desenvolvimento ou do apoio dos fundos estruturais para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A Presidente eleita comprometeu-se a reorientar o Semestre Europeu para os poder integrar plenamente.

Estou empenhada em garantir que esta Comissão faz tudo o que for necessário para ajudar a encontrar soluções sustentáveis para superar a **resistência antimicrobiana**. Como primeiro passo, trabalharei em conjunto com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e todas as partes interessadas para aplicar plenamente o Plano de Ação Europeu «Uma Só Saúde» contra a Resistência aos Agentes Antimicrobianos, adotado em junho de 2017, prestando a máxima atenção à resolução adotada pelo Parlamento Europeu a este respeito em setembro de 2018. Tenciono trabalhar nos setores da saúde humana, da saúde animal e do ambiente no âmbito de uma abordagem «Uma Só Saúde» para evitar o desenvolvimento e a propagação da resistência antimicrobiana. Além disso, mobilizarei todos os recursos disponíveis a nível da UE para apoiar os Estados-Membros e fazer da UE uma região de boas práticas.

Esta mobilização deve começar nas nossas agências operacionais da UE no domínio da saúde: o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, a Agência Europeia de Medicamentos e a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, que devem disponibilizar os melhores dados científicos para apoiar a União Europeia neste esforço. Ao mesmo tempo, terei em conta outras opções possíveis de luta contra a resistência antimicrobiana. Por exemplo, trabalharei

com as comissárias indigitadas Goulard e Gabriel, juntamente com as autoridades públicas, a indústria e outras partes interessadas, no sentido de incentivar o desenvolvimento de novos modelos de negócio que promovam a inovação no domínio de novos antibióticos. Precisamos de criar os incentivos adequados para o desenvolvimento de antibióticos, ao mesmo tempo salvaguardando a sua utilização prudente. A este respeito, precisamos também de incentivar tanto quanto possível o desenvolvimento de novas vacinas, que poderão também ser um elemento da solução.

Promoverei igualmente métodos alternativos à utilização de agentes antimicrobianos, nomeadamente através da melhoria da prevenção de infeções. Tenciono acompanhar de perto a aplicação dos novos regulamentos da UE sobre medicamentos veterinários e alimentos medicamentosos para animais. Esta nova legislação é de facto um passo crucial para combater a resistência antimicrobiana e promover a utilização responsável de agentes antimicrobianos em animais. Este trabalho irá complementar e contribuir para a nova estratégia «do prado ao prato» em matéria de alimentos sustentáveis, contida no Pacto Ecológico Europeu. Irei garantir que a dimensão ambiental da resistência antimicrobiana recebe a devida atenção, em consonância com a abordagem estratégica da UE relativa aos produtos farmacêuticos no ambiente, adotada em março de 2019.

A União Europeia — tal como qualquer outra região — não pode superar a resistência antimicrobiana isoladamente. Mas pode ser líder dessa causa. A resistência antimicrobiana é uma ameaça verdadeiramente global e requer uma resposta global. No nosso mundo globalizado, com cada vez mais viagens, comércio, e ameaças relacionadas com o ambiente e as alterações climáticas, a resistência antimicrobiana pode atravessar rapidamente fronteiras, e requer respostas multilaterais e coordenadas. Tenciono, por conseguinte, trabalhar em estreita colaboração com os nossos parceiros internacionais e defender um acordo global sobre a utilização e o acesso a agentes antimicrobianos. Conto convosco neste esforço. As relações do Parlamento com os seus homólogos internacionais podem dar um impulso importante a este objetivo.

No que diz respeito a **medicamentos e dispositivos médicos**, farei tudo o que estiver ao meu alcance para garantir que a Europa dispõe de medicamentos a preços acessíveis para satisfazer as suas necessidades e apoiar a inovação num setor em que a indústria europeia é líder mundial. A curto prazo, com base nas conclusões da avaliação do regulamento sobre medicamentos órfãos e medicamentos pediátricos, ponderarei a adoção de medidas para proporcionar os incentivos adequados à inovação em áreas com necessidades por satisfazer, com vista a garantir que os novos tratamentos sejam acessíveis a custos comportáveis em todos os países da UE. Nesse processo, terei evidentemente em conta os apelos à ação do Parlamento Europeu de 2016 e 2017 quanto ao regulamento relativo aos medicamentos pediátricos, e para melhorar o acesso aos medicamentos. A legislação em matéria de medicamentos órfãos e pediátricos desempenhou um papel facilitador da evolução terapêutica em áreas negligenciadas, mas é importante mantê-la adequada ao fim a que se destina.

A garantia de que a UE disponha de medicamentos a preços acessíveis implica naturalmente também a criação das condições adequadas e o fomento da cooperação em matéria de instrumentos e ferramentas para a elaboração de políticas nacionais nesta matéria. Apoiaremos a indústria e os nossos Estados-Membros na melhoria constante da qualidade e da sustentabilidade dos seus sistemas de saúde, melhorando a partilha de informações, os conhecimentos especializados e o intercâmbio de boas práticas. Já estamos a trabalhar na revisão das taxas pagas pelas empresas farmacêuticas à Agência Europeia de Medicamentos

pelos seus serviços. Assim se irá assegurar a sustentabilidade do sistema regulamentar, eliminar os desincentivos à inovação e garantir a segurança dos medicamentos.

O apoio à investigação médica implica a transformação da cadeia de valor das tecnologias farmacêuticas e médicas da UE num sistema orientado para as necessidades, inovador, sem descontinuidades e virado para o futuro. Trabalharei no sentido de alinhar as prioridades de investigação com as necessidades dos sistemas de saúde, envolvendo os reguladores, o meio académico, os profissionais de saúde e os prestadores e financiadores de cuidados de saúde.

A nossa dependência em relação a países terceiros para o fabrico de substâncias ativas farmacêuticas utilizadas em medicamentos da UE é outra questão que tem de ser abordada. Para garantir medicamentos de elevada qualidade, tenciono trabalhar arduamente para promover a convergência no sentido de chegar a acordos para normas internacionais e reforçar a supervisão da cadeia de abastecimento, de modo a garantir que as substâncias farmacêuticas ativas importadas sejam produzidas em conformidade com as boas práticas de fabrico. Estou também determinada a encontrar soluções para o problema da escassez de medicamentos de baixo custo na UE.

Comprometo-me a proteger os doentes através da aplicação eficaz e oportuna do novo quadro regulamentar relativo aos dispositivos médicos. Este quadro visa aumentar a segurança dos dispositivos colocados no mercado da UE, fomentar a supervisão do sistema e aumentar a transparência. Foi concebido para ser capaz de responder a desafios novos e emergentes. Estou plenamente consciente da prioridade a curto prazo de cumprir a meta de maio de 2020 — com base no plano de execução evolutivo e nos esforços conjuntos com todos os Estados-Membros. Trata-se, claro, de um desafio importante para todo o setor. No entanto, foram já alcançados progressos significativos e estou determinada a assegurar a correta aplicação deste regime altamente complexo dentro dos prazos previstos.

Na sequência da Cimeira Mundial de Vacinação, que teve lugar em setembro, em colaboração com a Organização Mundial da Saúde, comprometo-me a dar prioridade à melhoria da comunicação em torno da vacinação, à explicação dos benefícios das vacinas, ao combate à desinformação e ao restabelecimento da confiança. Estou ciente do apoio do Parlamento Europeu relativamente a ações a nível da UE, tal como expresso na sua resolução de abril de 2018, e continuarei a trabalhar em estreita colaboração com os Estados-Membros e as partes interessadas para melhorar a cobertura da vacinação, bem como a sustentabilidade dos programas de vacinação e o abastecimento de vacinas. Irei em particular trabalhar com a Coligação para a Vacinação, que reúne profissionais de saúde e associações de estudantes na promoção da vacinação. Além disso, continuaremos a recolher as melhores práticas e os conhecimentos adquiridos a fim de dar resposta às taxas de vacinação insuficientes e à hesitação perante a vacinação. Trata-se verdadeiramente de um esforço de colaboração, e aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar com um vasto leque de partes interessadas para combater as doenças que podem ser prevenidas por vacinação.

Conheço a resolução do Parlamento Europeu, de julho de 2017, sobre a resposta da UE ao VIH/sida, à tuberculose e à hepatite C, e tenciono continuar a apoiar os Estados-Membros na luta contra as doenças transmissíveis e a atingir as capacidades essenciais do Regulamento Sanitário Internacional. O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças é um parceiro fundamental que trabalha com organismos nacionais de proteção da saúde para reforçar e desenvolver sistemas de vigilância de doenças e de alerta precoce à escala continental. O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças também agrega os conhecimentos da Europa

em matéria de saúde para apoiar os Estados-Membros no domínio do VIH/sida, da tuberculose e da hepatite, da vacinação e da resistência antimicrobiana, e emite pareceres científicos qualificados sobre os riscos colocados pelas doenças infecciosas.

Queria também recordar que a Comissão se comprometeu a dar 550 milhões de EUR para o «Fundo Mundial contra a Sida, a Tuberculose e o Paludismo» durante a cimeira do G7 em Biarritz, que teve lugar em agosto. Tenciono dar seguimento a esse compromisso e traduzi-lo em ação.

Ao longo de toda a minha carreira profissional como psicóloga clínica a trabalhar em hospitais públicos, fui testemunha direta da importância do bom funcionamento dos sistemas de saúde. Aprendi que a saúde coletiva das nossas sociedades depende da saúde individual, física e mental de cada cidadão. Dedicarei toda a minha energia a estes desafios e estou determinada a obter melhores resultados para a saúde dos nossos cidadãos e da nossa sociedade.

SEGURANÇA DOS ALIMENTOS

5. Pesticidas

Como parte da concretização da ambição de poluição zero anunciada pela Presidente eleita, o que tenciona fazer para reduzir a dependência da UE em relação aos pesticidas, estimulando simultaneamente a adoção de alternativas de baixo risco, incluindo alternativas não químicas, e facilitando a adoção de novas tecnologias? Qual é a sua opinião sobre a solidez científica e regulamentar do quadro relativo à aprovação de pesticidas e sobre a gestão de produtos químicos e à base de químicos? Como fará para assegurar que se põe termo à atual prática de concessão de autorizações para a utilização continuada de substâncias que suscitam elevada preocupação (SVHC), quando existam alternativas disponíveis e o processo não estiver completo? Como tenciona responder às exigências – anteriores e atuais – do Parlamento Europeu, incluindo as conclusões da comissão PEST e a resolução sobre a aplicação da Diretiva relativa à utilização sustentável dos pesticidas?

Os pesticidas constituem uma grande preocupação para muitos cidadãos da UE que gostariam de reduzir o seu uso e a nossa dependência em relação a eles. Acredito igualmente que podemos reduzir a utilização de pesticidas na UE e que os agricultores devem poder escolher a opção menos perigosa para a saúde humana e o ambiente.

A ação em matéria de pesticidas constituirá um elemento fundamental da nova estratégia «do prado ao prato» para alimentos sustentáveis que a Presidente eleita me incumbiu de dirigir. A estratégia vai abordar o primeiro passo da cadeia alimentar: a produção alimentar, e contribuirá para a concretização da nossa ambição de poluição zero. Estamos todos de acordo quanto à necessidade de reduzir a nossa dependência dos pesticidas e de estimular a adoção de alternativas de baixo risco e não químicas.

Com este objetivo, tenciono ouvir atentamente o que os nossos cidadãos e os seus representantes eleitos no Parlamento Europeu dizem a este respeito. Irei basear o meu trabalho nos resultados da avaliação REFIT da Comissão sobre a legislação em matéria de pesticidas, que está quase concluída. As políticas com base em dados concretos serão um princípio norteador do meu mandato, e esta avaliação dar-nos-á os factos sobre o ponto da situação atual. Embora só possa fazer comentários mais pormenorizados quando os seus resultados forem publicados, posso já avançar que, de um modo geral, a avaliação indica que o sistema de

autorização dos pesticidas é, regra geral, eficaz em termos de proteção da saúde e do ambiente. A proibição ou a restrição severa de substâncias como os neonicotinoides, que têm um impacto negativo sobre os polinizadores, constituem medidas importantes a este respeito. Com efeito, fiquei satisfeita por ver que o relatório da Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre o procedimento de autorização da União para os pesticidas (PEST) reconheceu que a UE tem um dos quadros jurídicos mais rigorosos em matéria de pesticidas no mundo.

No entanto, o sistema pode ser melhorado no que diz respeito à sua eficiência. Há várias formas de concretizar este objetivo, e teria todo o prazer em as debater mais aprofundadamente convosco nos próximos meses.

Além disso, creio que poderemos refletir coletivamente sobre a possibilidade de estabelecer um objetivo vinculativo a nível da UE para a redução do risco dos pesticidas. Esta reflexão teria base no novo relatório da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre os progressos na aplicação da Diretiva relativa à utilização sustentável dos pesticidas e na avaliação do funcionamento dos indicadores de risco harmonizados recentemente avaliados.

Também me perguntam sobre o atual sistema de gestão dos produtos químicos em geral e sobre as autorizações de substâncias que suscitam elevada preocupação. No que diz respeito ao Regulamento REACH, os meus colegas indigitados Goulard e Sinkevičius estão em melhor posição para responder.

No entanto, quero sublinhar que, no caso dos pesticidas, existe já uma obrigação geral de que todos os produtos sejam avaliados e autorizados pelas autoridades antes de poderem ser colocados no mercado e utilizados. Este regime é muito mais rigoroso do que o dos produtos químicos industriais. Embora o conceito de substâncias que suscitam elevada preocupação não esteja presente na legislação relativa aos pesticidas, estes são identificados com base nos chamados critérios de exclusão, por exemplo, a sua classificação como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, ou como desreguladores endócrinos. As substâncias que cumprem estes critérios não podem, em princípio, ser utilizadas em pesticidas — com exceção de algumas derrogações muito limitadas. Atualmente, já menos de 2 % das substâncias ativas aprovadas cumprem esses critérios, e estou confiante de que a revisão periódica de todas as aprovações acabará por conduzir à sua eliminação total.

O outro ponto saliente do dossier dos pesticidas é a importância de uma abordagem colegial para as questões transversais. Os pesticidas são um dos muitos exemplos no âmbito da saúde relacionado ou interligado com o trabalho realizado no âmbito de outros domínios de intervenção. Trabalharei em estreita colaboração com o Vice-Presidente indigitado Frans Timmermans e os comissários indigitados Wojciechowski, Goulard, Sinkevičius e Gabriel a fim de assegurar a abordagem política holística que a Presidente eleita defende.

Com a Diretiva para uma utilização sustentável dos pesticidas, creio que já dispomos dos instrumentos necessários para reduzir os riscos e o impacto dos pesticidas na saúde humana e no ambiente. A diretiva põe claramente a tónica na utilização de alternativas aos pesticidas, nos produtos de baixo risco e na gestão integrada das pragas. A Comissão lançará em breve uma avaliação da presente diretiva a fim de determinar até que ponto estas medidas são suficientes.

Concordo com a resolução do Parlamento de que é necessário fazer mais para garantir que esta diretiva concretize todo o seu potencial. Temos em particular de incentivar os Estados-Membros a aplicar a diretiva de forma mais completa e a utilizar mais amplamente a gestão integrada das pragas. Ao mesmo tempo, procurarei encontrar formas de trazer mais rapidamente

os produtos de baixo risco, em especial os de origem biológica, para o mercado. Estes produtos já beneficiam de procedimentos de autorização acelerados, períodos de aprovação mais longos e períodos mais longos de proteção de dados. Vou promover uma maior simplificação para incentivar o desenvolvimento de mais produtos de baixo risco e trabalhar com os Estados-Membros para identificar ações nesse sentido.

Gostaria igualmente de analisar o papel que as novas tecnologias podem desempenhar na redução da nossa dependência relativamente aos pesticidas, seguindo sempre uma abordagem com base na ciência e em dados concretos.

Além disso, acredito firmemente que os progressos na agricultura de precisão e na produção alimentar irão permitir a utilização da imagiologia para observar a saúde das plantas e garantir que os pesticidas só sejam direcionados para onde são necessários. Continuaremos também a apoiar investigação que traga soluções inovadoras para reduzir a dependência em relação aos pesticidas e a outros fatores de produção agrícola.

A Comissão PEST apelou, em particular, a uma maior transparência e ao reforço das políticas de combate aos conflitos de interesses e ao reforço da independência da ciência no setor dos pesticidas. Apoio plenamente estes objetivos e gostaria de sublinhar que a nova legislação em matéria de transparência e sustentabilidade da avaliação dos riscos da UE na cadeia alimentar, quando se tornar aplicável, abordará várias destas questões.

Trabalharemos intensamente para assegurar que os estudos e os dados que apoiam os pedidos de autorização sejam publicados de forma proativa e precoce no processo de avaliação dos riscos, e que os cidadãos e os cientistas independentes tenham acesso direto a esses estudos em conformidade com a legislação alimentar geral e com a legislação sobre pesticidas. Garantiremos igualmente — através do registo de estudos da UE — que as empresas que requerem uma autorização apresentem todas as informações pertinentes, nomeadamente as que possam ser desfavoráveis. Caso necessário, não hesitarei em utilizar a possibilidade de recorrer a controlos reforçados e auditorias a instalações de testes ou estudos de verificação.

Para além da transparência reforçada da análise de risco na cadeia alimentar, introduzida na recente revisão da legislação alimentar geral, trabalharei de modo mais abrangente para reforçar a transparência e a cooperação científica entre os nossos organismos científicos. Procurarei formas de melhorar a coerência e garantir benefícios e sinergias entre o trabalho realizado pelas agências, como a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e a Agência Europeia dos Produtos Químicos, e como contribuir para a ambição da Comissão em matéria de poluição zero.

Por fim, trabalharei com outros comissários para promover laços mais fortes entre a utilização sustentável de pesticidas e outros domínios políticos fundamentais, como por exemplo medidas no âmbito do Pacto Ecológico ou a política agrícola comum para a gestão integrada das pragas e para a monitorização ambiental dos pesticidas no ambiente. A nossa saúde é indissociável da saúde do nosso planeta.

6. Produtos químicos e segurança alimentar

Apesar dos rigorosos limiares de segurança e dos limites máximos de resíduos, a cadeia alimentar da UE acumula uma série de substâncias perigosas para a saúde e/ou o ambiente, que podem expor os consumidores a efeitos «cocktail» e cumulativos. Como irá melhorar a segurança e a sustentabilidade dos alimentos? Que medidas legislativas e não

legislativas prevê para detetar e reduzir a exposição a substâncias perigosas e quando apresentará um novo quadro regulamentar com vista a abordar a exposição a substâncias químicas na cadeia alimentar? O Parlamento Europeu solicitou, em numerosas ocasiões, a apresentação duma estratégia atualizada em matéria de desreguladores endócrinos (DE) e a reparação das lacunas regulamentares, a fim de assegurar que os critérios científicos para identificar os DE são utilizados como definição horizontal em toda a legislação pertinente. Quando apresentará esta estratégia? Como fará para reforçar a transparência e a independência no processo de avaliação científica das agências da UE?

O sistema de segurança alimentar da UE assenta numa avaliação sólida dos riscos científicos e é reconhecido como referência mundial. Quanto aos riscos químicos e à segurança dos alimentos, há um conjunto abrangente de legislação setorial para garantir que os resíduos de produtos químicos presentes nos alimentos, tais como contaminantes, resíduos de pesticidas e resíduos de medicamentos veterinários, não constituem um risco para os consumidores europeus. Todos os anos, os Estados-Membros realizam programas de controlo exaustivos com um enorme número de amostras retiradas do mercado. Os resultados mostram que apenas uma pequena percentagem de amostras não cumpre os limites e confirma que os consumidores europeus estão bem protegidos. Por exemplo, 96 % das amostras controladas para resíduos de pesticidas em 2017 ficaram aquém dos limites máximos de proteção sanitária. A boa gestão dos produtos químicos não só é benéfica para a saúde dos nossos cidadãos, mas também é fundamental para concretizar uma política sustentável «do prado ao prato» e os objetivos da economia circular.

Mas concordo que é possível fazer mais.

Tenciono trabalhar em estreita colaboração com o comissário do Ambiente e dos Oceanos, a fim de o apoiar na nossa ambição em matéria de poluição zero, em especial no que diz respeito aos pesticidas e aos desreguladores endócrinos. Haverá sinergias importantes com a nova estratégia «do prado ao prato», que oferece uma oportunidade importante para melhorar a sustentabilidade dos nossos alimentos em todas as fases da cadeia alimentar, desde a produção ao consumo, e contribuir para o Pacto Ecológico e para os nossos objetivos da economia circular.

A **exposição simultânea a múltiplos produtos químicos** é uma questão que tem de ser avaliada. A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e a Comissão estão atualmente a trabalhar em conjunto numa metodologia para avaliar os efeitos cumulativos de resíduos de pesticidas nos alimentos. Trata-se de um novo passo significativo para melhorar a segurança dos alimentos, com base em dados científicos sólidos.

A abordagem à exposição a diferentes fontes de produtos químicos na avaliação e gestão dos riscos é um desafio claro e reconhecido. Estou bem ciente disto. Nos últimos 20 anos, a UE registou progressos significativos na compreensão e regulamentação dos **desreguladores endócrinos** — e foi pioneira neste domínio, definindo critérios científicos para identificar desreguladores endócrinos em produtos fitofarmacêuticos e produtos biocidas.

De um modo mais geral, no que respeita aos desreguladores endócrinos, o nosso objetivo global deverá ser o de proteger os cidadãos e o ambiente da UE dos riscos apresentados por estas substâncias e minimizar a nossa exposição. Estou bem ciente das opiniões expressas pelo Parlamento Europeu nos últimos anos sobre este tema, em particular a resolução mais recente de abril de 2019.

Trabalhando em estreita colaboração com outros colegas do Colégio, farei com que sejam aplicadas as ações concretas descritas na Comunicação da Comissão do ano passado sobre os desreguladores endócrinos. Temos, em especial, de tratar dos desafios da aplicação e da coerência das políticas. O balanço de qualidade em curso dos diferentes enquadramentos para os desreguladores endócrinos está a examinar esta questão — em especial a ausência de critérios horizontais e as diferentes consequências regulamentares em função do domínio de intervenção. O resultado deste balanço de qualidade, a finalizar no início do próximo ano, contribuirá para a nossa reflexão sobre a necessidade de introduzir alterações legislativas, por exemplo no domínio dos materiais em contacto com os alimentos (também objeto de uma avaliação específica).

A **avaliação de risco** da UE em questões relacionadas com a cadeia alimentar é realizada independentemente das instituições europeias e dos Estados-Membros da UE pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos. Congratulo-me por as recentes alterações à legislação alimentar geral da UE e a outros oito atos setoriais da União no domínio da cadeia alimentar reforçarem a transparência e a independência da avaliação dos riscos da UE. Trata-se de um passo importante para reforçar a credibilidade e a responsabilização da UE.

Considero muito importante que a nova legislação se centre na comunicação aberta e no trabalho conjunto através da divulgação de estudos científicos de apoio que sustentem os pedidos de autorização, logo ao início do processo de avaliação dos riscos. Uma base de dados de estudos e consultas públicas reforçará igualmente a qualidade e a fiabilidade da avaliação científica dos riscos da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos.

Uma comunicação sistemática e exaustiva dos riscos com todas as partes interessadas ao longo do processo de análise dos riscos complementa o princípio da comunicação e da consulta aberta e inclusiva.

Em termos de independência, a nova legislação mantém e reforça as regras que exigem que os membros do conselho de administração e dos painéis científicos ajam de forma independente e façam uma declaração anual de interesses. Assim se garante a manutenção de critérios rigorosos de excelência e independência para todo o processo de nomeação de membros dos painéis.

A independência da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos é controlada regularmente pelo Tribunal de Contas, pelo Provedor de Justiça Europeu e pelo Parlamento Europeu no âmbito do processo anual de quitação das agências da UE. A Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e outras agências da UE reforçaram as suas políticas em matéria de independência ao longo dos anos e estão a aplicá-las com rigor.

Em termos gerais, acredito firmemente que estão criadas as garantias necessárias e adequadas para assegurar que a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos continue a funcionar com um elevado nível de transparência e independência. No entanto, acompanharei de perto o assunto, em colaboração com os nossos parceiros, a fim de assegurar que a UE continua a produzir resultados a este respeito.

7. Estratégia «do prado ao prato»

Quais são as suas ambições, os seus planos e o calendário da estratégia "do prado ao prato"? Como planeia dar aos consumidores as informações transparentes de que necessitam para fazerem escolhas saudáveis e sustentáveis sobre todos os alimentos e bebidas, dando simultaneamente aos operadores comerciais a transparência de que

necessitam para garantir a rastreabilidade total e evitar a fraude alimentar? Quando apresentará uma proposta definindo os perfis nutricionais? Qual é a sua opinião sobre a rotulagem do país de origem? Como fará para garantir que as políticas de outros comissários – como o clima, a agricultura e o comércio – façam parte duma política alimentar real, holística e sustentável?

Estou muito satisfeita por liderar a nova estratégia «do prado ao prato» e vou começar a trabalhar nela a partir do primeiro dia do meu mandato. Uma cadeia alimentar sustentável é uma pedra angular do Pacto Ecológico Europeu e estou determinada a concretizá-la ao longo do próximo mandato. Esta é uma peça essencial do princípio «Uma Só Saúde» da UE e terá igualmente impacto sobre objetivos económicos, sociais e ambientais mais vastos.

É evidente que os atuais padrões de consumo e produção não são sustentáveis e que é necessário fazer face a algumas realidades incómodas. A população mundial está a crescer e a procura de alimentos a nível mundial acompanhará esse crescimento. Na UE, 8 % dos cidadãos não têm meios para fazer uma refeição de qualidade todos os dias, o que significa que o atual sistema está a falhar a cerca de 40 milhões de pessoas. Por outro lado, mais de metade da população adulta tem excesso de peso, e desperdiçamos mais de 20 % de todos os alimentos que produzimos anualmente na UE. Os nossos sistemas de produção alimentar consomem quantidades significativas de água e energia, geram poluentes e representam cerca de 11 % das emissões de gases com efeito de estufa da UE.

Estes valores pura simplesmente não fazem sentido. Não podemos permitir que este desequilíbrio continue — por motivos sociais, éticos ou ambientais. É necessário adotar uma abordagem sistémica e holística à mudança sustentável que aborde cada etapa da cadeia alimentar — desde a produção, o armazenamento, a transformação e a embalagem até à distribuição e eliminação dos alimentos.

Ao longo do próximo mandato da Comissão, gostaria de ver um maior alinhamento no eixo da sustentabilidade entre a produção, a transformação, a distribuição e o consumo de alimentos. Não podemos concretizar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável — um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade — sem criar sistemas alimentares sustentáveis.

Não se trata de saber se a mudança é necessária, mas sim a que ritmo podemos assegurar uma transição justa para sistemas alimentares mais sustentáveis. A sustentabilidade dos nossos sistemas alimentares não é só uma questão ambiental e climática, também está relacionada com ameaças globais para a saúde pública, como o aumento da obesidade e da resistência antimicrobiana, e tem uma dimensão social e económica. Esta transformação é essencial para melhorar a vida e o bem-estar dos cidadãos da UE, assegurar ecossistemas saudáveis e criar um novo crescimento económico ecológico e inclusivo, sem deixar ninguém para trás.

Estamos a definir uma meta bastante elevada para as nossas ambições, reconhecendo plenamente o nível de empenhamento e o esforço que elas implicarão. Os desafios com que nos deparamos são diversificados mas estão interligados. São influenciados por múltiplos fatores externos, tais como a alteração dos padrões demográficos, as tendências alimentares emergentes, as pressões climáticas, a transparência da cadeia alimentar e a fraude alimentar, para citar apenas alguns exemplos. A forma de alcançar um resultado ideal, tendo em conta cada elemento, requer uma análise cuidadosa.

Uma parte essencial deste processo é o diálogo e as parcerias. Concordo com a vossa opinião de que os consumidores estão cada vez mais preocupados com os métodos de produção, a

origem e a qualidade dos alimentos que consomem. Temos de escutar estas preocupações. Elas refletem uma série de questões ambientais e éticas, como a utilização de pesticidas e antibióticos, o bem-estar animal e o impacto da agricultura e das embalagens no ambiente. Estas opiniões refletem-se em novos hábitos alimentares — por exemplo, uma procura crescente de produtos biológicos e vegetais.

A transparência é fundamental em toda a cadeia de abastecimento e confere credibilidade e legitimidade às nossas ações. Preocupa-me que mais de um terço dos alimentos que ostentam alegações nutricionais apresentem um elevado teor de açúcar, gordura ou sal. Esta pode ser uma forma de induzir os consumidores em erro, com impacto sobre a saúde pública. Devemos explorar a rotulagem com informações nutricionais e de saúde de forma holística, a fim de garantir que continue a contribuir para regimes alimentares saudáveis e sustentáveis.

Estou também ciente da tendência atual no sentido de introduzir uma variedade de regras de rotulagem em diferentes Estados-Membros ligadas, por exemplo, à indicação obrigatória da origem, ao bem-estar dos animais e à nutrição. Gostaria que houvesse regras coerentes na UE, que garantissem que as exigências legítimas de mais informações continuam a ser compatíveis com o nosso mercado único. Gostaria de analisar formas de melhorar a informação dos consumidores, começando pelas possibilidades existentes ao abrigo do atual quadro jurídico.

É igualmente importante intensificar os nossos esforços contra práticas fraudulentas, pelo que trabalharei com os Estados-Membros para desenvolver uma estratégia com medidas concretas contra a fraude alimentar, com base nos trabalhos do Organismo Europeu de Luta Antifraude.

Várias das iniciativas de cidadania europeia propostas dizem respeito à alimentação. Temos de ouvir atentamente estas opiniões e de as tomar em consideração. As preocupações dos nossos cidadãos estão perfeitamente refletidas no Parlamento Europeu, que tem assumido um interesse muito construtivo em todas estas questões. O Parlamento é um interlocutor importante neste diálogo e as suas opiniões, expressas através das resoluções e do intercâmbio de pontos de vista, serão plenamente tidas em conta.

À medida que avançamos no sentido de uma maior sustentabilidade, devemos continuar a tranquilizar os consumidores, garantindo-lhes que os alimentos que consomem são seguros. A confiança dos nossos consumidores é de uma importância crucial para o êxito da nossa missão. As regras relativas à segurança dos alimentos aplicam-se a todos os alimentos consumidos na UE, independentemente de serem ou não produzidos na União. Temos de respeitar as nossas obrigações no âmbito da Organização Mundial do Comércio e, mais importante ainda, utilizar a liderança da UE para marcar a diferença no trabalho dos vários organismos de normalização, nomeadamente para a execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Reduzir as perdas e os desperdícios alimentares é uma componente essencial do trabalho da UE para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Precisamos de respeitar estes compromissos e assegurar que o nosso trabalho cumpre os objetivos definidos: por exemplo, reduzir para metade o desperdício alimentar *per capita* a nível dos retalhistas e dos consumidores até 2030, e reduzir as perdas de alimentos ao longo da cadeia de produção e das cadeias de abastecimento alimentar. A fim de contribuir para estes esforços, até ao final de 2023, os Estados-Membros da UE apresentarão regularmente relatórios sobre os níveis de desperdício alimentar, o que permitirá à Comissão ponderar a possibilidade de estabelecer objetivos a nível da UE para a redução do desperdício alimentar.

Para acelerar a transição para sistemas alimentares sustentáveis que dependam menos de pesticidas e para melhorar a biodiversidade e a qualidade das águas subterrâneas e superficiais, precisamos de desenvolver outras formas de proteger as colheitas de pragas e doenças, num contexto de alterações climáticas que favorecem a sua propagação. A estratégia «do prado ao prato» terá resultados em sinergia total com os outros elementos constitutivos do Pacto Ecológico Europeu: a componente das alterações climáticas, a poluição zero e as iniciativas em matéria de biodiversidade. Isso só será possível trabalhando em conjunto.

Apoio vivamente a abordagem colegial defendida pela Presidente eleita von der Leyen. A nova estratégia «do prado ao prato» é um exemplo claro da necessidade de os vários comissários e serviços da Comissão trabalharem em conjunto para criar sistemas melhores, que produzam melhores resultados para os cidadãos da UE, sem comprometer a segurança dos alimentos. Penso que é muito importante que esta estratégia seja abrangida pelos objetivos mais amplos do Pacto Ecológico Europeu. Quer isto dizer que, desde o primeiro dia, iremos trabalhar em estreita colaboração com outros comissários competentes do grupo de comissários para o Acordo Ecológico Europeu, nomeadamente para a agricultura, o clima, o comércio e o ambiente, e assegurar a coerência em todos os domínios de intervenção.

Naturalmente, trabalharei em estreita colaboração com o Parlamento Europeu, os Estados-Membros e a sociedade civil para estimular e apoiar esta necessária transição dos nossos sistemas alimentares.

Uma Europa sustentável deve assentar num modelo sustentável de produção e consumo de alimentos, e a UE está bem posicionada para mostrar o caminho a seguir. Trata-se de uma agenda muito positiva, e estou entusiasmada com o desenvolvimento desta estratégia em estreita cooperação com todos os intervenientes.